

Divisão sexual do trabalho: o lugar das mulheres jornalistas na reestruturação produtiva

RESUMO

Buscando discutir as relações entre a divisão sexual do trabalho, gênero e a reestruturação produtiva, este artigo tem por objetivo analisar, a partir de um levantamento bibliográfico, numa perspectiva dialética, quais foram as transformações impostas pela reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho da mulher jornalista no Brasil contemporâneo. Este trabalho utiliza teorias apresentadas por autoras que pesquisam as relações entre divisão sexual do trabalho e a reestruturação produtiva e seus impactos sobre as mulheres no contexto nacional e internacional, tais como Helena Hirata, Danièle Kergoat, Roseli Figaro, dentre outras. O estudo apontou que a reestruturação produtiva tem impactado negativamente a área do jornalismo, impondo novas formas de subordinação e precarização às trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, reestruturação produtiva, estudos de gênero, jornalismo, precarização.

Eliane Basilio de Oliveira

E-mail: elianebasiliooliveira@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Lindamir Salete Casagrande

E-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Nanci Stancki da Luz

E-mail: stancki@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

INTRODUÇÃO

A comunicação é um dos setores mais concentrados que existem. Devido a um processo de fusões em grandes grupos da mídia nacional e internacional, o setor tornou-se oligopolizado. O jornalismo vem sendo impactado pelo sistema de acumulação flexível, modelo produtivo que se consolidou nas últimas décadas do século XX sob o neoliberalismo e que tornou rotineiras as flexibilizações nas jornadas de trabalho, nos espaços de produção e nos direitos trabalhistas. Ele representa uma forma de “dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES, 2002, p. 31).

À medida que o trabalho jornalístico tornou-se mais flexível, um número maior de mulheres passou a atuar nessa área. Tendo esse contexto como pano de fundo, o objetivo desse artigo é discutir as relações entre a divisão sexual do trabalho, gênero e a reestruturação produtiva, a partir de um levantamento bibliográfico feito com pesquisas publicadas recentemente em livro ou no Portal de Periódicos da Capes. Esse artigo parte de uma perspectiva dialética, visando entender quais foram as transformações impostas pela reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho da mulher jornalista no Brasil contemporâneo.

O trabalho utiliza teorias apresentadas por autoras que pesquisam as relações entre divisão sexual do trabalho e a reestruturação produtiva e seus impactos sobre as mulheres no contexto nacional e internacional, tais como Helena Hirata, Danièle Kergoat e Roseli Figaro, dentre outras. Na primeira parte do texto, fazemos uma discussão teórica sobre a divisão sexual do trabalho e falamos sobre as relações de gênero como categoria de análise; na segunda parte, expomos alguns dos principais trabalhos elaborados na atualidade sobre os impactos das mudanças do trabalho sobre as mulheres jornalistas.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E GÊNERO

A discussão da divisão do trabalho é fundamental na obra de Karl Marx. O autor parte da categoria trabalho, destacada como atividade “ontocriativa”. Ele aponta uma relação intrínseca entre a natureza e a construção dos seres humanos mediados pela capacidade de planejar e criar seus objetos, sua forma de existência, que vai sendo transformada e determinada pelo movimento dialético da história. É pelo trabalho – atividade planejada – que nos diferenciamos dos demais animais. Porém, segundo Marx (1993), na produção capitalista, a capacidade ontocriativa do trabalho dá lugar a uma prática alienada, que reflete a cisão de classes e a divisão social do trabalho em manual e intelectual, em que a classe trabalhadora não reconhece nem a natureza, nem a si mesma no produto de seu trabalho – tampouco tem seus desejos realizados. Assim, a organização do trabalho e da produção capitalista é estranha à classe trabalhadora, porque a prioridade é a acumulação de capital em vez da satisfação das necessidades humanas.

A teoria marxista mostra, portanto, que o trabalho na sociedade capitalista possui um sentido ambivalente de humanização e desumanização, marcado por contradições que se refletem no desenvolvimento e estruturação da sociedade. Assim, a análise do trabalho na sociedade moderna deve ser realizada na perspectiva do materialismo histórico dialético, que permite refletir sobre a estruturação das práticas sociais e de suas instituições desenvolvidas em um

determinado momento histórico, organizadas numa rede de poder, de valores ideológicos que são desenvolvidos dialeticamente entre homens e mulheres. Para Clara Araújo (2018), a perspectiva do marxismo permite uma reflexão sobre as desigualdades sociais e de poder entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. Ela destaca que

Um dos desafios do marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, com dimensões políticas específicas. Um projeto emancipatório da humanidade necessita pensar prioridades na ação política, sem perder de vista como as diversas clivagens que perpassam as relações sociais podem ser simultaneamente trabalhadas, em suas dimensões próprias e inter-relacionadas (ARAÚJO, 2018, p. 70).

Por ser uma metodologia que tem a contradição como um de seus elementos principais, o materialismo histórico dialético vem sendo confrontado com outros paradigmas da teoria social ao longo do século XX, proporcionando instrumento de leitura bastante rico. Apesar de a teoria marxista ter sido gestada no século XIX, sob uma nascente cultura do capitalismo, ainda consegue abarcar os paradoxos do capitalismo e seu permanente movimento de mudança. No próprio *Manifesto Comunista*, Marx deixava claro que a principal característica da era burguesa era a contradição e a transformação, onde “tudo que é sólido desmancha no ar”. Exemplo disso são as discussões sobre a divisão sexual do trabalho, que foram sendo ampliadas pelas mudanças produtivas do capital após 1970 com a reestruturação, o desenvolvimento tecnológico da informática e a globalização da economia, que provocaram transformações na organização e na gestão do trabalho no mundo. Entre as grandes modificações está o processo de feminização do trabalho. Essas novas configurações do mundo do trabalho passaram a ser pesquisadas por diferentes áreas do conhecimento, principalmente a Sociologia.

A ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho nas décadas de 1950 e 1960, resultado do desenvolvimento do capitalismo após a Segunda Guerra, que Eric Hobsbawm (1995) denominou de “era de ouro” ao analisar as transformações econômicas, sociais e culturais que foram realizadas de maneira rápida e extraordinária entre os períodos de 1947-73, principalmente na Europa e Estados Unidos, ainda tinham sido pouco pesquisadas pela Sociologia. Os estudos do trabalho neste período continuavam presos às categorias de trabalho assexuado, produtivo, assalariado, concebendo o homem como modelo universal. Foi durante a década de 1970, impulsionada pelas mudanças sociais e pelo movimento feminista, que as pesquisas sociológicas francesas incorporaram em suas análises a divisão do trabalho e a sua dimensão sexuada. Apesar disso, esse debate teórico durante tal década foi superficial, pois buscava-se ainda

[...] estudar o trabalho de mulheres, mais que o trabalho segundo os sexos; de estudar notadamente o trabalho profissional e assalariado, mais que o trabalho doméstico enquanto trabalho ou a articulação trabalho e família (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 43).

As pesquisadoras Helena Hirata e Danièle Kergoat destacam que só na década de 1980 o tema foi consagrado nas pesquisas, com a ampliação da produção de

trabalhos coletivos e individuais e a partir da organização, em 1987, do “Seminário Internacional *As relações sociais de sexo: problemática, metodologias e campos de análise*”, realizado em Paris. Nele, as discussões sobre a divisão sexual passaram a ser analisadas como “relações sociais de sexo”, resultado das relações históricas da divisão social de poder, da dominação antagônica, da bicategorização, que hierarquizam e atribuem posições sociais essencialistas para homens e mulheres e de sua transversalidade ao conjunto do sistema social.

Para as autoras, a divisão sexual do trabalho apresenta dois princípios organizadores: um deles é a separação, que estabelece o que é trabalho masculino e o que é trabalho feminino, e o outro é a hierarquia, que valoriza o trabalho dos homens, que passam a ocupar prioritariamente a produção na esfera pública, desvalorizando ou não reconhecendo o trabalho da mulher, relacionada com a reprodução na esfera privada. Analisar a categoria trabalho a partir da inclusão dos conceitos de sexo social (gênero) permitiu questionar os determinismos biológicos das desigualdades entre homens e mulheres, ampliar o entendimento sobre o trabalho doméstico não remunerado, não mercantil. As reflexões sobre a categoria trabalho a partir da concepção das relações sociais de sexo estabeleceram uma conexão entre “[...] Trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são consideradas como as categorias indissociáveis” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 44-45).

Entender a divisão do trabalho como relações sociais de sexo permitiu questionar a concepção de trabalho, suas categorias, suas múltiplas divisões, que são construídas social, histórica e geograficamente; possibilitou também refletir criticamente sobre os conceitos de “qualificação, produtividade, mobilidade social, [...] competência, abrindo novos campos de pesquisas [...]” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598).

As autoras destacam que, no entanto, esse debate no campo da pesquisa sociológica sobre a divisão sexual do trabalho trilhou caminhos heterogêneos, principalmente entre os países anglófonos e francófonos. Na tradição anglo-americana, os debates epistemológicos feministas questionavam “[...] a natureza da objetividade, o acesso sexuado ao conhecimento, a relação entre o objeto e o sujeito da pesquisa, a construção social – e sexuada – da natureza, da verdade e da cultura [...]” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 48). Na França, a discussão ocorreu em torno da reflexão sobre a “sexuação da sociologia do trabalho”, estruturada na análise de relações sociais de sexo, influenciando a produção das pesquisas empíricas e as reflexões teóricas francesas. A discussão das relações sociais de sexo foi desenvolvida antes da análise de gênero, que ocorreu na França na virada da década de 1980 e 1990. Segundo a socióloga Michèle Ferrand (2005, s/p.), isso ocorreu porque

[...] o termo *gender*, no sentido de “sexo social”, não contava com a aprovação das pesquisadoras francesas, principalmente em razão da polissemia e da indefinição que seu uso trazia em diversas esferas. Assim, para diversas ONGs ou instâncias internacionais, o gênero significava pura e simplesmente... as mulheres, o que nos parecia a melhor maneira de eufemizar as problemáticas feministas. Seu emprego generalizado, em oposição ao sexo biológico, representava para as pesquisadoras francesas um duplo inconveniente.

Como apontado por Ferrand, o termo “gênero” na década de 1980 ainda era visto como limitado para analisar a complexidade das divisões sexuais e sociais do trabalho. Para as pesquisadoras feministas francesas, o que tornava essa reflexão viável era a teoria das relações sociais de sexo. A pesquisadora Anne-Marie Devreux (2005, p. 565) destaca que:

[...] Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens. E é essa quantidade de formas e de fenômenos que se oferece como realidade à observação sociológica.

Ainda que algumas pesquisadoras defendam o uso do conceito de relação social de sexo ao de gênero como Devreux (2005, p. 563), o avanço das discussões de gênero nas pesquisas das ciências sociais e a influência das pesquisadoras feministas anglo-americanas possibilitam o debate e a problematização do termo que no final de 1980 e início dos anos 1990 passou a ser utilizado nas instituições internacionais e também pelas feministas francesas, em suas equipes de pesquisa sobre trabalho e gênero, ainda que com algumas resistências (FERRAND, 2005, s/p.).

O conceito de gênero foi ganhando centralidade e importância nas pesquisas, na construção epistemológica e nas lutas feministas, na mesma medida em que se instaurou, no campo da crítica cultural e social nas principais universidades do Ocidente, uma “guerra” entre teorias que ora privilegiavam a permanência dos elementos estruturalistas, ora rompiam com esse grande paradigma teórico. O conceito relacional de gênero, por uma contingência histórica, foi atingido por essa confluência de teorias que se opunham. Portanto, ao se falar em relações de gênero, não estamos nos referindo a um termo cujo significado se esgota na primeira mirada; trata-se de um termo polissêmico, que está relacionado com as teorias que formaram o seu entorno. Como aponta a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2007), a partir de diferentes perspectivas analíticas como as marxistas, passando pela psicanálise e pelo feminismo radical, entre outras teorias, foram desenvolvidas argumentações contra a opressão, o determinismo biológico, buscando um caminho lógico para a emancipação feminina, e vários estudos e produções passaram a ser realizadas nas áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc.

Há, no entanto, um denominador comum que perpassa essas abordagens, que pode ser sintetizado no olhar de Joan Scott (1995), para quem as relações de gênero representam a primeira instância de poder; da mesma forma, podemos concordar com Heleieth Saffioti (1979), que defende que as relações de gênero devem ser entendidas a partir de categorias mais amplas, como as relações entre as classes sociais. E podemos citar ainda Teresa de Lauretis (1994), que defende que as relações de gênero incorporam o funcionamento da ideologia. Como nos alerta Claudia Costa (1994, p. 166), esta articulação entre as diferentes teorias não pode ser transformada em um “leito de Procusto”: “[...] ou esticamos tanto as categorias teóricas para que elas alcancem o tamanho da mitológica cama de ferro,

como a triste consequência de vê-la perder o fio da navalha política [...] ou se reduzir a tal ponto que ela não dê conta do recado”.

Gênero passa ser utilizado, segundo Louro (2007), como um conceito relacional, pois é na sociedade, na história e nas formas de representação que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos: “[...] as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros” (LOURO, 2007, p. 24).

A categoria “gênero” torna-se simultaneamente uma ferramenta analítica e política, recolocando o debate no campo social, relacional, buscando desconstruir as determinações biológicas, apontando que o ser masculino e o ser feminino, as características e atitudes atribuídas a cada um deles diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 2007). A maneira como nos sentimos e agimos como homens e mulheres é construída num determinado contexto social e cultural. Portanto, essas construções se refletem na estruturação da sociedade, na organização e divisão das relações de trabalho.

Nanci da Luz e Leda Gitahy (2016) destacam que, embora nas últimas décadas tenha ocorrido em escala mundial a ampliação da participação feminina no mundo do trabalho e conquistas de espaços laborais que eram negados e colocados como intransponíveis para as mulheres, resultado das lutas dos movimentos feministas e das mulheres, a desigualdade de gênero continua sendo uma realidade. Muitas atividades continuam sendo vistas como masculinas e femininas; as mulheres ainda continuam ganhando salários inferiores aos dos homens, enfrentando muitas dificuldades de ascensão profissional; os homens ainda apresentam resistência em assumir as atividades domésticas; estes cenários de opressão e desigualdades continuam persistindo no mundo do trabalho.

De acordo com Hobsbawm (2000), o mundo do trabalho na modernidade, a partir dos interesses do capital e pela pressão das lutas e reivindicações por direitos sociais, políticos, econômicos, culturais dos diferentes movimentos sociais, vai sendo modificado. A partir da década de 1970, várias transformações foram ocorrendo na organização do trabalho com a reestruturação produtiva, provocando impactos em toda a estruturação e funcionamento da vida de homens e mulheres na sociedade. No entanto, a divisão do trabalho continua inserindo homens e mulheres de forma desigual, mantendo como princípio organizador a separação de trabalhos e a hierarquização, conservando as desigualdades sociais de gênero. Portanto, como afirmam as pesquisadoras Luz e Gitahy (2016), a categoria gênero continua sendo relevante para a análise do mundo do trabalho.

RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS MULHERES JORNALISTAS

Nos anos 1990, começa a surgir uma série de estudos que analisam as consequências das transformações do mundo do trabalho sobre várias esferas culturais. Um dos pioneiros do período foi David Harvey, com *Condição Pós-moderna* (1998), onde mostra as influências da flexibilização dos processos produtivos (acumulação flexível), sob a ética do neoliberalismo que foi se impondo

a partir da década de 1970, sobre o estilo de vida das pessoas.

[...]. A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica, e organizacional [...] (HARVEY, 1998, p. 140).

Na esteira de Harvey, surgiu o trabalho de Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Pablo Gentilli. Outro trabalho que faz um balanço crítico do estudo desta temática no Brasil, foi apresentado por Paulo Sergio Tumolo (2001). Nesse momento, a categoria trabalho passou a ganhar maior centralidade, em confluência com outros enfoques, como o de relações de gênero. Os primeiros estudos focalizaram, por exemplo, a precarização do trabalho, principalmente com o processo de informatização e terceirização. Foram estudadas categorias de trabalhadores como operadores de telemarketing, de caixas de supermercado, de agências bancárias, da indústria têxtil (ANTUNES, 2006).

No campo da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero, vários pesquisadores e pesquisadoras têm estudado os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho feminino, dentre os quais estão as realizadas por Helena Hirata, que mostra os avanços e contradições que essas mudanças estão causando nas relações de gênero no mundo do trabalho:

A globalização teve como consequência, desde os anos noventa, a elevação dos níveis de emprego das mulheres, mas, ao mesmo tempo, acelerou o processo de vulnerabilidade e precarização desses empregos. A esse paradoxo, responde um segundo, o da dispersão e atomização das mulheres, dadas as mudanças nas modalidades de emprego (trabalho a domicílio, teletrabalho, formas ditas “atípicas” de emprego, etc.) [...] (HIRATA, 2006, s/p.).

Como as consequências da reestruturação foram sentidas também no jornalismo – área bastante impactada pelas mudanças tecnológicas – os estudos envolvendo trabalho e jornalismo começaram a ganhar peso. Eles reforçam as análises de Hirata, segundo as quais existe uma contradição nesse processo, que ao mesmo tempo trouxe avanços e precarização para as trabalhadoras.

Primeiramente, é necessário explicar como foi feita a seleção de textos que trazem um panorama das pesquisas nessa área. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com as palavras chaves “trabalho”, “jornalismo” e “relações de gênero”. Foram levadas em conta pesquisas publicadas em livros e no Portal de Periódicos da Capes, um dos mais importantes do país. Dentre os livros, destaca-se o trabalho organizado por Roseli Figaro, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*, que visa analisar as transformações neoliberais para o mundo dos jornalistas no mercado paulista. No portal da Capes, foram encontrados 13 artigos, a maior parte deles publicados na última década – o que mostra o crescente interesse pelo tema. Os artigos são os seguintes:

Título	Autoras	Principais ideias	Periódico
Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas.	<u>FIGARO, R.</u>	O trabalho discute os principais pressupostos teóricos do grupo de pesquisa mantido na ECA-USP sobre jornalismo e o mundo do trabalho.	Galáxia (São Paulo - online), v. 3, p. 177-189. 2018.
'El tema del trabajo del periodista en Chasqui: investigación bibliométrica para identificar autores y conceptos	<u>FIGARO, R.</u>	Mostra como o trabalho de jornalistas homens e mulheres é retratado na revista equatoriana Chasqui, mantida pelo Ciespal.	Chasqui, v. 137, p. 367-389. 2018.
O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional.	<u>FIGARO, R.</u>	Faz um relato sobre a profissionalização e a discriminação das mulheres jornalistas no Estado de São Paulo.	Brazilian Journalism Research (online), v. 14, p. 570-591. 2018.
Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia.	<u>FIGARO, R.; NONATO, C. ; PACHI FILHO, F. F</u>	Apresenta casos de arranjos alternativos de trabalho em relação aos meios hegemônicos de comunicação.	Líbero (Facasper), v. 1, p. 1-15-15. 2018.
Dispositivos comunicacionais no mundo do trabalho: uma revisão teórica para operacionalizar o conceito.	<u>FIGARO, R.; GROHMAN N, R.</u>	Mostra a utilização de dispositivos por jornalistas homens e mulheres em seu cotidiano.	Comunicação & inovação (online), v. 18, p. 62-75. 2017.
Editoras, repórteres, assessoras e <i>freelancers</i> : diferenças entre as mulheres no jornalismo.	LEITE, A.T.B..	Traça as principais diferenças de atuações e dificuldades dentro dos diversos fazeres da profissão de jornalista.	São Paulo, Cadernos de Pesquisa, v.47, n.163, p.44-68 jan./mar. 2017.
Estudos de gênero na	MARTINEZ, M.; LAGO,	Faz um panorama dos trabalhos que	Revista Famecos,

pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação.	C.; LAGO, M.C.S.	discutem gênero e jornalismo no Brasil.	Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016.
O processo de feminização no jornalismo regional: uma análise sobre a contribuição das jornalistas na Gazeta do Povo.	<u>ROCHA, P. M.</u> ; KOSVOSKI, G. C.	Faz um relato sobre as mudanças no jornal Gazeta do Povo a partir do crescimento da participação das mulheres em sua produção.	Mediação, v. 19, p. 261-286. 2017.
A conformação do campo profissional em jornalismo e o contexto da profissionalização no Brasil.	<u>ROCHA, P. M.</u>	Mostra o lugar das mulheres no processo de profissionalização do jornalismo no Brasil.	Interin (UTP), v. 21, p. 65-83, 2016.
A participação feminina no jornalismo e as representações de gênero: um estudo sobre as mulheres nas editorias online de tecnologia dos principais jornais brasileiros.	<u>ROCHA, P. M.</u> ; DANCOSKI, A. K.	Traça um perfil das mulheres que exercem a atividade de editoras.	Comunicologia (Brasília), v. 9, p. 24-42. 2016.
A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil.	<u>ROCHA, P. M.</u> ; DANCOSKY, A.K.	Revela as dificuldades que as mulheres enfrentam para participar de algumas editorias específicas das publicações.	In Texto (UFRGS. Online), v. 1, p. 119-136. 2016.
As novas configurações do tempo e do espaço e seus efeitos para o labor jornalístico	SANTOS, J.L.C.	A partir de uma discussão sobre as novas tecnologias utilizadas na produção nos veículos jornalísticos, mostra seus impactos sobre o trabalho de jornalistas homens e mulheres.	Revista Famecos, Porto Alegre, v.23, n. 3, out-dez. 2016.
O discurso das mulheres	SILVA, N.C.; GONÇALVE	Relato de mulheres que	Brazilian journalism

fotoperjornalistas.	S, E.M.	atuam na área do fotojornalismo: seu cotidiano, seus dificuldades, como as mudanças afetam seu trabalho.	research, v.14, n.1, p. 212-231, abr./dez. 2018.
---------------------	---------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa – Elaboração própria.

A seguir, faremos uma exposição sobre as principais abordagens sobre o tema no Brasil, envolvendo livros e artigos selecionados. A primeira informação de destaque presente no material selecionado é de que o jornalismo e as comunicações formam um setor oligopolizado. Menos de 10 corporações no mundo controlam 40% das receitas globais (COSTA, 2005). Isso foi facilitado pelo fato de que, com o avanço tecnológico, a área passou a exigir grandes investimentos e especialização, levando ao desaparecimento de empresas pequenas ou tradicionais. Com isso, desde os anos 1990, com o surgimento da internet, as empresas vêm passando por um processo de “reengenharia”, tentando “otimizar” e “racionalizar” seus quadros, em prejuízo da informação e do mercado profissional (KUCINSKI, 2005). Os jornalistas tornaram-se “operários” multifuncionais, com alto nível de produtividade. O jornalismo é impactado pela acumulação flexível, modelo que tornou rotineiras as flexibilizações nos espaços de produção e dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2002).

À medida que o jornalismo ficou mais precário, um número maior de mulheres, inclusive negras, ingressou nessa área. Pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) de 2012 aponta que 64% dos jornalistas do país são mulheres e que 23% são negros. Não há na pesquisa qualquer menção a mulheres negras. Hoje, o perfil dos jornalistas é composto de “[...] jovens, brancos, de classes médias, mulheres, multiplataformas, com vínculo de emprego precário, curso superior completo e pós-graduação em nível de especialização” (FIGARO, 2013, p. 46). Há um processo de feminização no jornalismo, e a participação da mulher negra ainda é pequena (ROCHA, KOSVOSKI, 2017; SILVA, GONÇALVES, 2018).

Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Lago (2016) destacam que a ascensão da mulher na profissão de jornalista coincide com as mudanças do papel das mulheres na esfera pública ao longo do século XX, quando elas começaram a sair do círculo exclusivo da vida privada. Ao mesmo tempo, emergiram os estudos relacionados à inserção da mulher e suas dificuldades nesse novo ambiente, criando um campo de pesquisa bastante fértil. Segundo as autoras, apesar disso, o progresso do campo de estudos de gênero e sua imbricação com a mídia refletem pouco nas pesquisas em jornalismo, mais preocupadas com a análise dos processos narrativos e discursivos do que com os processos produtivos.

As autoras explicam que as pesquisas em jornalismo estiveram, de alguma forma, relacionadas às pesquisas sobre mulheres. Nos anos 1980, os estudos dessa área destacaram a representação da mulher na mídia. Apesar disso, a área possui uma proporção muito pequena de estudos focalizando as relações de gênero ou questões feministas envolvendo a esfera do trabalho. No período de 2003 a 2015, elas se concentram principalmente em Sociologia, História, Antropologia, Psicologia, Letras e Educação. A soma dos trabalhos em Comunicação não chega a 10% do campo pesquisado (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, p. 9).

Elas citam alguns trabalhos de destaque na área. Um deles é a história da atuação das mulheres no rádio esportivo de Porto Alegre. As mulheres passaram a atuar no jornalismo depois da exigência do diploma para se trabalhar na profissão, em 1969. Assim, “a entrada de um grande número de mulheres nas redações a partir da década de 1970 não foi um fenômeno específico do meio jornalístico, mas acompanhou uma tendência geral observada em todo país” (MARTINEZ; LAGO; LAGO, p. 11).

As autoras citam um trabalho realizado em 2011 intitulado “Masculino, o gênero do jornalismo”, fruto da dissertação de mestrado de Márcia Veiga, que discute a heteronormatividade na profissão. Cita também um trabalho publicado pela pesquisadora Thaís Mendonça Jorge sobre o perfil de mulheres no comando de redações jornalísticas. A pesquisa mostra que, mesmo em posição de chefia, as mulheres recebem remuneração inferior à dos homens, apesar de serem a maioria entre os trabalhadores da área (64%) contra 36% dos homens, segundo dados da Fenaj.

Os resultados sugerem que o trabalho jornalístico realizado por mulheres em cargos de chefia pode influenciar, mesmo que de maneira sutil, os critérios de seleção das notícias e o foco dado às matérias. Entretanto, é uma situação inconsciente e pontual, dependendo da ocasião, da pauta e dos demais elementos envolvidos, como pressões editoriais, industriais e até comerciais (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, p. 17).

Dentre as características dos estudos, as autoras apontam: diálogo das áreas de conhecimento com teorias consagradas; preferência por teóricas estrangeiras; diálogo superficial com outras áreas. Há uma preocupação crescente com as relações de gênero e o mundo do trabalho. Apenas na última década o jornalismo vem sendo contemplado com estudos que partem dessa visão. Um exemplo é a pesquisa realizada por Figaro (2013), que aponta os efeitos no trabalho e no desenvolvimento profissional de jornalistas sob a reestruturação produtiva. No estudo, a autora limita-se ao Estado de São Paulo, e não faz o recorte étnico-racial em seu levantamento. Por isso, é importante entender o lugar do trabalho das mulheres brancas e negras nesse mercado — bem como a regionalização dessas desigualdades —, levando em conta as diferenças de desigualdades, discriminações e opressões que estas enfrentam, pois se trata de um aspecto ainda não tão explorado nas pesquisas.

Em bases de dados de universidades e revistas acadêmicas, tais como o portal da *Capes* e *SciELO*, existem pesquisas que discutem a feminização da profissão, mas não contemplam o recorte étnico-racial. Entendemos que esse é um foco que deve ser adotado, pois as empresas de jornalismo contam ainda com uma pequena participação de mulheres negras, o que reforça a tendência à exclusão.

Um dos trabalhos foi realizado pela pesquisadora Aline Leite (2017), que estuda a percepção das diferenças de gênero no trabalho jornalístico na cidade de São Paulo a partir de entrevistas realizadas com mulheres de diversas idades, numa perspectiva semelhante à de Roseli Figaro (2013). O artigo analisa o processo de feminização do jornalismo, que se deu de forma articulada aos processos de precarização, banalização, autonomização e profissionalização da carreira; examina os eixos de diferenciação que demarcam as localizações das mulheres na carreira, definem sua percepção acerca da diferença e estão expressos em seus

discursos. Além de compreender como as hierarquias de gênero se estruturam na profissão de jornalista, o objetivo é analisar as diferenças entre as mulheres, por meio de uma amostra formada por profissionais com filhos e sem filhos, casadas, solteiras, divorciadas, de diferentes gerações, e atuando em diversos tipos de mídia e com distintos vínculos de emprego na cidade de São Paulo.

A primeira informação destacada no artigo é que dobrou o número de registros profissionais em 20 anos na cidade de São Paulo. No entanto, as diferenças salariais são grandes. Elas variam conforme o setor de atuação. “Em todas as funções da categoria ‘Profissionais do Jornalismo’, que é justamente onde a grande maioria das mulheres (78,2%) se concentra, as mulheres ganham, em média, menos do que os homens” (LEITE, 2017, p. 47). Um dos elementos que favoreceram a entrada das mulheres nessa área foi a obrigatoriedade do diploma a partir da década de 1970. Apesar disso, atualmente, uma grande parcela dos jornalistas está envolvida em relações precárias de trabalho. “Os jornalistas *freelancers*, compostos em sua grande maioria por mulheres, são marcados pela instabilidade, o que corresponde a uma expressão do processo de banalização da profissão” (LEITE, 2017, p. 48). Essa precariedade atinge mais as mulheres.

[...] as mulheres são maioria entre os jornalistas (64%), têm presença majoritária (quase 70%) entre os jornalistas que atuam fora da mídia e, em função das condições de trabalho específicas desse segmento, estão mais sujeitas (mais de 60% dos jornalistas que trabalham “fora da mídia”) às relações de trabalho precárias, sem carteira de trabalho assinada, atuando como *freelancers* (sem vínculo empregatício), ou como pessoa jurídica (PJ) ou com contrato com prestação de serviço (LEITE, 2017, p. 48).

A autora usa como fundamentação para as entrevistas as noções de diferença apresentadas pela teórica Avtar Brah. A análise das entrevistas colhidas mostra a complexidade das relações de gênero como categoria de análise. Ela aponta, por exemplo, a dificuldade de as mulheres conjugarem uma vida com filho e um trabalho que exige muitas horas de atividades, ou mesmo a falta de uma carreira mais organizada no campo do jornalismo em comparação com outras profissões, como as da engenharia.

Para Leite (2017), o contraste geracional permitiu observar diferenças importantes entre as mulheres. De maneira geral, os significados percebidos pelas mais jovens referem-se a uma autoimagem positiva; elas têm uma linguagem mais técnica e objetiva, enquanto as que estão há mais tempo na profissão têm um olhar mais negativo das transformações, devido ao “choque de realidade” ao longo da carreira.

Embora distante quanto ao fazer profissional, a trajetória de mulheres jornalistas é semelhante a que vem experimentando outras categorias profissionais – ora com mais, ora com menos dificuldades. Segundo Helena Hirata (2007), se por um lado houve certa diminuição das desigualdades de trabalho entre mulheres e homens no mercado, por outro, as desigualdades se mantêm quanto à divisão das tarefas domésticas. Dessa forma, o trabalho precário é majoritariamente feminino no espaço produtivo, mantendo e reforçando as relações de poder e dominação, as desigualdades de gênero e a injustiça social.

A trajetória das mulheres jornalistas na reestruturação produtiva apresentada pelas pesquisadoras aponta uma série de obstáculos que ainda precisam ser investigados. Um dos caminhos de análise é entendê-los a partir da metáfora do “labirinto de cristal”, usado por Betina Stefanello Lima (2013) ao analisar as dificuldades encontradas por pesquisadoras durante seu percurso profissional na área da Física. Lima refere-se a padrões que podem ser usados também para a área de jornalismo, espaço dominado pelas mulheres, mas ainda com fortes marcas hierárquicas masculinas.

Segundo Lima (2013, p. 886), no “labirinto de cristal”, os “obstáculos encontrados pelas mulheres estão [...] dispostos ao longo de uma trajetória acadêmica, e até mesmo antes, na escolha da área de atuação”, mas eles “são transparentes como cristal”, podendo passar despercebidos. Dessa forma, há um entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo de toda a carreira da mulher e de que a “inclusão subalterna” é consequência da soma de fatores diversificados.

A autora estudou três tipos de obstáculos: 1) o drible da dor; 2) os sexismos e 3) os conflitos entre ser mulher e ser cientista. O drible da dor é um discurso meritocrático que “[...] trata das manobras utilizadas pelas cientistas na recusa em perceber os obstáculos [...], é possível por meio de duas representações sociais: a das inteligências descorporificadas e a das supermulheres” (LIMA, 2013, p. 886). Assim, cada um, “em função do seu talento, ocupa o lugar que merece, o qual foi competente para conquistar. O mérito é o único fator responsável pela alocação dos/as cientistas no campo científico” (LIMA, 2013, p. 887). A reflexão da autora mostra que os obstáculos para inclusão, permanência e ascensão nas carreiras profissionais trilhadas pelas mulheres são marcadas pela divisão sexual do trabalho e apresentam obstáculos complexos, contínuos, dispostos em caminhos tortuosos nem sempre visíveis. O labirinto de cristal apontado por Lima pode ser ainda muito mais difícil e tortuoso para as mulheres negras no Brasil.

Para ampliar as análises sobre as trajetórias das mulheres na carreira de jornalismo, precisamos aprofundar os olhares sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho: “[...] Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA, 2007, p. 600).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, o objetivo foi analisar transformações do mundo do trabalho da mulher jornalista, levando em conta a reestruturação produtiva e a divisão sexual do trabalho que está em curso no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, quando, sob o impacto da chegada da internet, os veículos tradicionais foram obrigados a adotar novas formas de organização para fazer frente a receitas publicitárias mais exíguas e padrões de concorrência mais predatórios.

Um dos resultados desse cenário é que os veículos tradicionais passaram a ofertar um número mais reduzido de empregos fixos e mais flexíveis, com a crescente produção de material por *freelancers*, geralmente fora dos espaços das empresas. Como foi apontado neste texto, a maior parte do trabalho flexível foi

absorvido pelas mulheres (70%). A partir de um olhar que levou em conta aspectos como a reestruturação produtiva e as relações de gênero como categoria de análise, vimos que têm crescido no Brasil os estudos sobre a categoria trabalho no campo da comunicação, sobretudo a partir do início do século XXI. Pesquisadoras como Roseli Figaro e Aline Leite, por exemplo, colheram as impressões das mulheres jornalistas sobre suas condições como trabalhadoras.

Uma das conclusões apontadas por Leite é que as profissionais mais jovens, que não vivenciaram anteriormente outra relação de trabalho, conseguem se adaptar com mais facilidade a uma relação laboral mais flexível, sem salário fixo no final do mês e sem um horário pré-fixado, enquanto que as jornalistas que estão há mais tempo na profissão atestam um processo paulatino de precarização.

De maneira geral, o artigo mostra que as recentes transformações do mundo do trabalho têm impactado de forma negativa as mulheres jornalistas. Verifica-se também que esse campo de pesquisa ainda está em construção, sendo que a maior parte dos estudos começou a ser realizada a partir do início deste século. Há muitas lacunas a serem preenchidas, entre elas, o lugar das mulheres negras nesse mercado de trabalho.

Sexual division of work: the place of journalist women in productive restructuring

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse the transformations imposed by the productive restructuring upon the sexual division of labour of the women who work as journalists in Brazil. By using a corpus of bibliographical references, we seek to discuss the relations between sexual division of labour, gender and productive restructuring. As a theoretical orientation, we use the outlook of female authors, such as Helena Hirata, Danièle Kergoat, Roseli Figaro, to name but a few, who has been researching the relations between sexual division of labour and the productive restructuring and its impacts upon women in either national or international context in the last decades. This text points out that the productive restructuring has affected negatively the journalistic field of work, imposing upon female workers new forms of subordination and precarisation.

KEYWORDS: Labour, productive restructuring, gender studies, journalism, presarization.

División sexual del trabajo: el lugar de las mujeres periodistas en la reestructuración productiva

RESUMEN

Con el objetivo de analizar la relación entre la división sexual del trabajo, el género y la reestructuración productiva, este artículo pretende analizar, desde una encuesta bibliográfica, en una perspectiva dialéctica, ¿cuáles fueron las transformaciones impuestas por la reestructuración productiva en la división sexual del trabajo de las mujeres? periodista en Brasil contemporáneo. Este artículo utiliza teorías presentadas por autores que investigan la relación entre la división sexual del trabajo y la reestructuración productiva y sus impactos en las mujeres en el contexto nacional e internacional, como Helena Hirata, Danièle Kergoat, Roseli Figaro, entre otras. El estudio señaló que la reestructuración productiva ha impactado negativamente el área del periodismo, imponiendo nuevas formas de subordinación y precariedad a los trabajadores.

PALABRAS CLAVE: Trabajo, reestructuración productiva, estudios de género, periodismo, precariedade

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf> Acesso em: 13/10/2018.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.2, p. 141-174, 1994.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3 p. 541-560, set./dez. 2005.
- FERRAND, Michèle. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. Revista **Estudos feministas**, v.13, n.3, p. 677-689, set./dez., 2005. Entrevista concedida a RIAL, Carmen et al. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300013> acesso em: 13/10/2018.
- FIGARO, Roseli (org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HIRATA, Helena. Entrevista: Helena Hirata. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, vol.4 no.1, p. 1-11, Jan./Mar. 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 1, p. 39-50, jun. 2008.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

LEITE, Aline Tereza Borghi. Editoras, repórteres, assessoras e *freelancers*: diferenças entre as mulheres no jornalismo. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.163, p.44-68, jan./mar. 2017.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (3): 496, set./dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 2007, p. 14-36.

LUZ, Nanci Stancki da; GITAHY, Leda Maria Caira. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: LUZ, Nanci Stancki da; CASAGRANDE, Lindamir Salete (org.) **Entrelaçando gênero e diversidade**: matizes da divisão sexual no trabalho. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016, p. 55-90.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22464/14180>. Acesso em: 13/10/2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

ROCHA, Paula. M.; KOSVOSKI, Gabriela. C. O processo de feminização no jornalismo regional: uma análise sobre a contribuição das jornalistas na Gazeta do Povo. **Mediação**, v. 19, p. 261-286. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 13/10/2018.

SILVA, Nathalia C.; GONÇALVES, Elizabeth M. O discurso das mulheres fotojornalistas. **Brazilian journalism research**, v.14, n.1, p. 212-231, abr./dez. 2018.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: Um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, n. 77, p. 71-99, dez., 2001.

Recebido: 23/12/2018.

Aprovado: 12/09/2019.

DOI: 10.3895/cgt.v13n41.9244.

Como citar: OLIVEIRA, Eliane Basilio de; CASAGRANDE, Lindamir Salete; LUZ, Nanci Stancki da. Divisão sexual do trabalho: o lugar das mulheres jornalistas na reestruturação produtiva. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 249-266, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Eliane Basilio de Oliveira
Rua Bruno Filgueira, 2100. Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

